



CENA MITOLÓGICA DO
JULGAMENTO DO REI MIDAS:
HISTÓRIA E ORIGEM DO PAINEL
BRUTESCO EM BAIXO RELEVO DO
PAÇO SENHORIAL
DE BELAS

Rui Rodrigues
João Casa
Rui Oliveira

Resumo

Este artigo reporta-se ao painel maneirista em baixo relevo do Paço senhorial da Vila de Belas, actualmente muito degradado, quase em completa ruína, e cuja colocação marcou, em conjunto com outras obras no edifício, a chegada da família Castelo Branco à sua posse e posteriormente ao Morgadio de Belas, em meados do século XVII.

Este baixo relevo fora reproduzido a partir de uma gravura da autoria do gravador e pintor maneirista holandês Hendrik Goltzyus, que recriou a conhecida lenda clássica da disputa musical entre Apolo e Mársias, correntemente conhecida como *Julgamento do Rei Midas*.

Para além da mensagem da lenda clássica, o painel encerra um outro conteúdo alegórico: por um lado, de exaltação da beleza e da riqueza da Quinta Senhorial; por outro, a disputa familiar pela posse do título do Senhorio de Belas. A sua localização no exterior da cerca do Paço Senhorial atesta-nos que essa mensagem era dirigida também aos habitantes da Vila de Belas, em atitude desafiadora face aos membros do Concelho Senhorial e aos Oficiais do Poder local.

Palavras chave: Belas, Paço, Baixo Relevo, Maneirismo, Midas.

Abstract

This article refers to the mannerist bas-relief panel, found at the Palace of the Town of Belas, at the present time almost a complete ruin and which wall-mounting marked, together with other works in the palace, the arrival of the Castelo Branco family to the possession of the Palace of Belas and their later designation as Lords of Belas, in the mid-seventeenth century.

This bas-relief panel is a reproduction of an original engraving from the Dutch mannerist engraver and painter Hendrik Goltzyus, representing the known Classic legend of the musical dispute between Apollo and Marsyas, commonly known as the Judgment of King Midas.

Besides the message of the Classic legend, the panel also represents: on one hand, an allegoric exaltation of the beauty and the richness of the Palace of Belas; on the other hand, the family dispute for the designation of *Landlord of Belas*. Its location on the outer walls of the Palace suggests that its message was also addressed to the inhabitants of the Town of Belas, in a defying attitude towards the local members and Officers of the County Council.

Keywords: Belas; Palace; Bas-Relief, Mannerist, Midas.

CENA MITOLÓGICA DO JULGAMENTO DO REI MIDAS: HISTÓRIA E ORIGEM DO PAINEL BRUTESCO EM BAIXO RELEVO DO PAÇO SENHORIAL DE BELAS

Rui Rodrigues

Arquitecto (mmsr63@gmail.com)

João Casa

Licenciado em História (joao.casa@yahoo.com)

Rui Oliveira

Arqueólogo e Historiador Local
(D.I.A. da Verde Foi Meu Nascimento, Centro de Documentação de História Local de Belas)
(ruy.oliveira@sapo.pt)

Introdução

Compreender, pelo estudo, o monumental produto artístico e cultural em que se constituiu o painel brutesco em baixo relevo, na melhor tradição maneirista, alusivo ao Julgamento do Rei Midas, que foi inserido na fachada principal do vetusto Paço Senhorial de Belas, foi uma viagem desafiadora e aliciante.

Desafiadora, porque exigiu que nos embrenhássemos na realidade histórica complexa da segunda metade do século XVI e da primeira do século XVII, enquanto período de crise social e de colapso da organização política, religiosa e económica europeia, em que os princípios e os ideais renascentistas são avassalados por um estado generalizado de insegurança. Este contexto implica

uma revisão de valores sociais que acaba por, tanto na Arte, como nos artistas, possibilitar a abertura de novas direcções e formas de expressão. A este respeito, o historiador da Arte Vitor Serrão (1983) refere, na sua obra *O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*, que: «No estádio actual dos conhecimentos adquiridos, podemos definir pois o Maneirismo como uma tendência artística e cultural dimanada da Itália e dominante na Europa do século XVI, que se caracterizou pela desintegração formal dos princípios harmónicos do classicismo, assumida nos seus programas teorizadores, através de uma reunião ambígua de formas antagónicas»¹.

Aliciante, porque se integra num edifício que guarda, na sua lógica construtiva, vários elementos arquitectónicos bem ilustrativos, quer da sua evolução histórica, quer da sucessão de proprietários. Neste cenário paradisíaco em que se constituiu o Paço e a Quinta senhoriais, propicia-se (apesar de, nas últimas décadas, terem ocorrido atentados ao seu património, providos de selvajaria e de gratuidade desconcertantes) uma lição prática de História da Arte e de História Local. Também sedutor é o perspectivar das mentalidades e dos modismos de muitos destes proprietários e Senhores, com personalidades complexas e maioritariamente detentores de grande prestígio político e de elevada cultura aristocrática – ingredientes que reforçam a capacidade de deixarem a sua marca pessoal no edifício. Aliás, neste aspecto, o Paço de Belas está em consonância com outros edifícios congéneres, porém, aqui pontificando alguns elementos decorativos característicos dos estilos gótico e manuelino.

Outro elemento arquitectónico, paradigmático pela sua magnificência artística e “mensagem” cultural que emana, profundamente enraizada na mitologia clássica, é o painel em baixo relevo, de tradição e gosto maneiristas, do Julgamento do Rei Midas. Trata-se de uma obra da segunda metade do século XVII que, conjuntamente com outras obras, no Paço e na Quinta, marcam a chegada dos Castelo Branco, inicialmente como proprietários e posteriormente como Senhores de Belas, com D. António de Castelo Branco da Cunha Corrêa Menezes (2º Conde de Pombeiro da Beira, 9º Morgado e 14º Senhor da Casa de Belas, 8º

¹ SERRÃO, V. (1983, p. 31).

Alcaide-Mor de Vila Franca de Xira, Alcaide-Mor de Vila de Rei, Capitão da Guarda Real dos Arqueiros do Rei D. Pedro II), materializando-se o seu prestígio político e militar com o começo da transformação do Paço e da Quinta de Belas em quinta de recreio, e cujo epílogo acontecerá com D. Maria Rita, em finais do século XVIII².

Para a realização deste painel, que ocupa parte significativa do exterior da muralha poente limitativa do Terreiro do Paço, foi necessário o emparedamento da segunda porta carral (de saída), datável do século XVI e, em cuja sequência, foram “criados” um novo tanque e uma nova queda de água, implicando, também, o prolongamento da levada de água, como podemos verificar do lado interior da muralha do Terreiro do Paço.

Já em 1799, o Padre Domingos Caldas Barbosa refere na sua *Descrição da grandiosa Quinta dos Senhores de Belas e notícia do seu melhoramento, oferecida à ilustríssima e excelentíssima Senhora D. Maria Rita de Castelo Branco Correia e Cunha, Condessa de Pombeiro e Senhora de Belas* que: «Parece que alguma coisa mais modernos são [aqui Caldas Barbosa refere-se, sobretudo, por comparação estilística entre o varandim manuelino e os posteriores elementos artísticos do brutesco] os dous Génios, que sustentão a tarja das armas de Castellos Brancos, que estão vendo alli sobre a janella rasgada por debaixo desta mesma Varanda [esta mesma janela acabou por ser também fechada em época posterior] Naquelle meio relevo, he admirável a graça com que são contornados aquelles dous Corpos dos génios (Foto 1); e a energia com que arregaçã as pontas da cortina, que pende da boca do Leaõ do Timbre»³.

² CASA, J. (2008).

³ BARBOSA, D. C. (1799, p. 9).



Foto 1 – Brasão da família Castelo Branco (leão), ladeado e sustido por dois génios.

Outro leão afrontado, no topo de uma coluna toscana, desempenha no tanque vizinho mais antigo, do lado esquerdo, a função hidráulica de bica, sugerindo um jogo de queda de água em ambos os tanques, bem como antes suportando e exibindo uma magnífica pedra-de-armas dos anteriores Senhores de Belas, os Corrêas (Foto 2).



Foto 2 – Escudo da família Atouguia suportado por um leão (de cuja boca sai uma bica) colocado no topo de uma coluna toscana.

O painel em baixo relevo contém uma forte “mensagem” erudita e destinada, tanto quanto se julga saber, a vários destinatários, sendo seguramente um deles o próprio povo da Vila, frequentador diário do grande rossio, também pertencente aos Senhores e dotado de uma vida pública intensa, uma vez que, parte do conjunto de casario que o margeia estava adstrito a actividades económicas e administrativas do Concelho Senhorial como, sobretudo, a Casa da Câmara, a Torre do Relógio ou a Prisão concelhia. A imponência e a beleza plástica do painel, bem como a sua localização estratégica e a subtilidade da “mensagem” do lendário Rei Midas lograram-lhe um estatuto geográfico local de ponto de “atração” e reflexão durante dois séculos – continuando, apesar do seu actual estado ruinoso, a suscitar a curiosidade da maioria dos transeuntes e a inquirição sobretudo de uns poucos, os mais informados.

1. A lenda, a Arte e o prestígio

O Rei Midas, lendário soberano da Frigia, a quem o deus Dionísio, a seu pedido, concedeu poderes para transformar em Ouro tudo o que tocasse, é uma personagem mitológica central numa lenda de forte cariz pedagógico, centrada na dicotomia entre o “ser” e “ter”⁴. Tal dádiva foi, segundo a lenda, o prémio de Midas por ter socorrido o maior dos sátiros e tutor de Dionísio, chamado Sileno e que caiu embriagado num silvado. Realizado o desejo, Midas verificou que até os alimentos que tocava se transformavam, impedindo-o de se alimentar, pelo que suplicou ao deus que o livrasse desse poder, ao que este acedeu, mandando-o banhar-se no rio Pactolo que, a partir daí ficou com as areias transformadas em ouro. A lenda reporta ainda que, certa vez, ao ter de escolher entre a música de Apolo e a de Pã (em outras versões Marsias), Midas optou por esta última, vindo a ser castigado pela fúria de Apolo que lhe impôs umas orelhas de burro.

Continuando com a descrição tardo-setecentista do Padre Domingos Caldas Barbosa (p. 10): «*He igualmente assim primoroso o grande Painel do Castigo de Midas, quando admittio ao honrrando Marsias a disputar primazias com o*

⁴ GRAVES (2008, p. 333).

suavissimo Apollo. O Painel denota a sentença já dada a favor do grosseiro Sátiro; e mostra o nescio julgador também já castigado pelo Pai dos Deoses, que no meio se vê sentado, tendo a seus pés, para melhor conhecer-se, a Águia que lhe ministra os raios. Á sua direita, com a Lyra na Mão, vemos em pé o desaffiado Presidente do Parnaso, a quem assistem as Musas, mostrando-se admiradas com tamanha ouzadia no Contendor, e de tanta necedade, e sandice no que lhe julgara a preferêcia. A Filha do Cérebro de Jove também assiste alli armada, como a pintaõ, quando a nomeaõ Pallas; vendo-se no ramo de huma Oliveira, que alli offerece sombra, o Mõxo, que os Crédulos Athenienses lhe consagraraõ, como Ave que vigia esperta nas horas nocturnas, accomedadas á estudiosa vigilancia. Da parte esquerda de Júpiter está primeiro Midas, a quem as Orelhas já se mostraõ taõ crescidas, que sobem muito assima das abas do seu barrete. O Nume vingador assim o punira pela estultice do seu voto, com dar-lhe orelhas de hum Animal taõ stolido. Junto a elle se vê o cornigero capripedo Satiro, que ainda mostrando a insolente arrogância, que no certame lhe dera hum tal voto, traz na mão o rouco instrumento do seu triunfo injusto; e saõ alli testemunhas alguns seus semelhantes, trepados em hum bem expresso corpulento Sobreiro.

Naõ expressa mais este Painel, que acaba de afformosear-se, por um lado e outro, com as bem copiadas fructas, que seu gracioso moldurado mostra pendurarem-se da boca de dous Leões, e páraõ sobre a escamosa cauda de dous Delfins, que pousando sobre o Lago parecem querer entrar nelle».

Sabemos agora, pela investigação de doutoramento realizada pelo primeiro signatário deste artigo e apresentada à Universidade de Sevilha, que este painel é uma reprodução de uma gravura holandesa cuja autoria pertence a Hendrik Goltzyus (1558-1617), conceituado gravador e pintor maneirista (Figura 1)⁵.

⁵ Capítulo 3: Análise Arquitectónica do Palácio e o seu território, p. 114.



Foto 3 – Painel em baixo relevo



Figura 1 – O Julgamento do Rei Midas, de Hendrik Goltzyus (gravura em cobre de 159?; dimensões: 420 X 650 mm)

Este tema visual teve particular apetência, entre muitos artistas plásticos e gráficos nos séculos XVI e XVII, na pintura e gravura europeias. Contudo, referenciamos uma outra obra holandesa policroma, datada de 1620 e assinada por Hendrik de Clerck que aqui reproduzimos (Figura 2) e nos confere uma visão de rara beleza cromática.



Figura 2 – *A Punição de Midas*, de Hendrik de Clerck (1620).

Nesta obra, o deus-monte Tmolus, sentado ao centro como juiz, olha para Apolo (ladeado de Atena) e sinaliza silêncio ao deus Pã dançante (ladeado do Rei Midas), enquanto as figuras à esquerda são musas patronas das Artes e, à direita, sátiros (sobretudo Mársias).

Por outro lado, a placa matriz, em cobre, permitiu inúmeras reproduções da gravura de Hendrik Goltzyus, mediante o desenvolvimento tecnológico da tipografia, pelo que esta obra deve ter sido amplamente difundida, em estampa avulsa ou mesmo em livro, na Europa dos séculos XVI e XVII. Actualmente, ainda são referenciados vários exemplares avulsos desta estampa, sobretudo em galerias de arte norte americanas⁶.

No entanto, desconhecemos em absoluto como terá chegado aos Castelo Branco a estampa do *Julgamento do Rei Midas*, apesar de tal não ser o mais importante para este nosso estudo, existindo, contudo, algumas pistas, que reputamos de interessantes, sobre o tema.

⁶ Swann Auction Galleries (2005).

Desde logo, a presença coerciva de D. Francisco Manuel de Melo durante, pelo menos, dois anos na paradisíaca Quinta dos Senhores de Belas, em simples residência fixa sob preito, como competia à sua categoria de Comendador da Ordem Militar de Cristo⁷, onde escreve duas das suas mais importantes obras literárias, nomeadamente a *Epanáfora Amorosa Terceira*, respeitante ao descobrimento da Ilha da Madeira, em 1420, e os *Relógios Falantes*, Apólogo Dialogal inserto no seu *Hospital de Letras* (1654-1657).

A sua dedicatória, na *Epanáfora Amorosa Terceira*, datada de Belas, em 9 de Setembro de 1654 e consagrada a um amigo, que pensamos poder tratar-se de D. Pedro de Castelo Branco da Cunha Corrêa Menezes (eventual tripulante da Armada que a Companhia Geral do Comércio enviou em 1649 ao Brasil e comandada pelo Conde de Castelo Melhor, cujo êxito contra os holandeses conhecemos, por relação dos feitos da autoria do próprio D. Francisco Manuel de Melo), ou mesmo o seu pai, D. António de Castelo Branco da Cunha (herói da Restauração da Baía, na famosa Jornada dos Vassalos de 1620⁸, quando a então capital do Brasil estava ocupada pelos holandeses, e falecido no regresso da armada em 1625, uma vez que, no texto dedicatório, refere: «Quando os mancebos ilustres vossos iguais pisavam em Portugal os estrados do Paço, ou o mimo dos jardins de Lisboa, com mole passeio, vós então sem abrigo. Quanto mais adorno, íeis atravessando os incógnitos desertos de nossa bárbara América»⁹, demonstra que D. Francisco Manuel de Melo foi amigo e protegido dos Castelo Branco na fase atribulada da sua reclusão domiciliária.

Ora, sendo D. Francisco um dos mais ilustres intelectuais seiscentistas portugueses, participando no *Siglo de Oro Español* e travando amizade com Quevedo, como erudito e profundo conhecedor da literatura europeia moderna, pode bem ser a possível fonte informativo-cultural para a realização do grandioso painel.

⁷ SARAIVA, LOPES (1979, p. 483).

⁸ BARTOLOMEU (1625, p. 4).

⁹ MELO, F. M. de (1652, p. 33).

Da mesma forma, também desconhecemos, em absoluto, quem terá reproduzido a gravura para este magnífico painel seiscentista, aliás provido de uma moldura (cujo motivo artístico é uma corrente estilizada, representando-se uma concha no interior dos seus elos), que não consta da estampa. Além disso, existe um bordejado apenas lateral ao painel, já referenciado por Caldas Barbosa, com guirlandas vegetalistas de frutos que pendem da boca de dois leões. No seu todo, este painel é simplesmente único, como obra emblemática do poder senhorial em Belas, desconhecendo-se algo semelhante em Portugal, embora se encontrem em outras quintas senhoriais (sobretudo lisboetas – com melhor paralelo encontrado na estatuária que embeleza os jardins da Quinta do Marquês de Fronteira, em Benfica) outros registos incluindo sátiros (Foto 4).



Foto 4 – Sátiro esfolado (à direita) no Palácio dos Marqueses da Fronteira

2. As personagens, os lugares e os motivos

Entramos agora numa outra ordem de ideias: procedermos, por um lado, à identificação das figuras, sobretudo as mais proeminentes, que compõem o baixo relevo brutesco; estabelecer, por outro, o seu eventual relacionamento, em óbvio

sentido figurativo, com o espaço físico da Quinta e o perfil dos Castelo Branco, os novos Senhores, antes só na posse do Paço de Belas e depois no título do Morgadio, em meados do século XVII.

O estado avançado de ruína do painel não possibilita já a identificação da maioria das figuras, contudo subsistindo algumas vestes já descoloridas, sendo apenas perceptível a figura de um velho barbado (Foto 3), displicentemente sentado em atitude de observação – tendo sido a figura que, conjuntamente com uma outra (que representa a esfera armilar), possibilitou a identificação metodológica comparativa da identidade e da autoria da gravura.

Ora, seguindo a descrição de Domingos Caldas Barbosa: «... e mostra o nescio julgador também já castigado pelo Pai dos Deoses, que no meio se vê sentado, tendo a seus pés, para melhor conhecer-se, a Águia que lhe ministra os raios». Entende este autor, posteriormente seguido por muitos outros, que esta figura central é o Zeus grego ou o Júpiter romano. Porém, a lenda não refere nenhuma destas divindades da mitologia clássica, mas uma outra, de menor importância, que, no caso concreto do Paço e da Quinta de Belas, tem plena justificação: referimo-nos ao deus-monte Tmolo, enquanto juiz.

Seguindo precisamente a lenda, sabemos que Midas, para se libertar da maldição em que tinha caído, banha-se no rio Pactolo, que nascia no monte Tmolo, e cujas areias se tornaram auríferas. Neste passo da lenda, encontramos a primeira analogia, aqui entre o rio mítico Pactolo e o rio Jamor, que nasce na Serra da Carregueira, junto ao Monte Suímo, no qual foram exploradas pedras semipreciosas desde a Romanidade até à baixa Idade Média.

A memória dessa actividade mineira ainda era perceptível no século XVIII, uma vez que, nas *Memórias Paroquiais*, de 1758, respeitantes à Vila de Belas, o Padre João Crisóstomo refere-se a esse facto, dizendo que: «na freguezia e termo desta villa junto do lugar e monte do Suímo se tiravaõ antigamente pedras preciosas, e ainda se achaõ algumas muito pequenas, tem cor mais escura, que a do rubim, e

no riso quasi o igualaõ»¹⁰. Por outro lado e reafirmando esta realidade histórica, o imaginário popular local fala-nos de faluas que subindo o Jamor carregavam essas riquezas auríferas, no lugar denominado Rio-do-Porto (cujo topónimo possa ainda ter a eventual dúplice conotação de “local de passagem”) – tal como também se reflecte no painel.

Continuando na tentativa de descortinar a razão de ser deste painel em baixo relevo, não podemos deixar de realçar o facto de Apolo ser o deus patrono sobretudo da Música, da Poesia e da Eloquência, representando-se pelos atributos do arco (enquanto exímio arqueiro), da coroa de louros e da cítara. Eternamente jovem, ele era a imagem da beleza atlética, conduzindo o carro do Sol e enquanto deus da Luz, sendo por isso apelidado de Febo (grego: “resplandecente”).

Aqui, encontramos uma segunda analogia com os Senhores de Belas, nomeadamente com D. Pedro de Castelo Branco da Cunha, Capitão de cavalos e dos Arqueiros da Guarda do Rei D. João IV (que o nomeou Visconde de Castelo Branco, em duas vidas, a 25 de Setembro de 1649), do Príncipe do Brasil D. Teodósio e também do seu irmão e sucessor D. Afonso VI (agraciando-o com o título de Conde de Pombeiro, em 6 de Abril de 1662), bem como uma garbosa figura equestre e um destemido cavaleiro tauromáquico, ou um verdadeiro “Apolo” de então.

Prosseguido a narrativa lendária, o sátiro Mársias (em outras versões Pã) encontra na floresta uma flauta que a deusa Atena (uma das belas mulheres do Parnaso) inventara e que entretanto abandonou, pois, quando tocava, as suas maçãs do rosto deformavam-se. Mársias encontra a flauta e toca-a deambulando pela floresta. Passado algum tempo, outros seres mitológicos e habitantes da mesma floresta comentam e elogiam a capacidade musical do sátiro, convencido que é um exímio tocador resolve desafiar Apolo em confronto dos respectivos talentos musicais. O júri, presidido por Tmolo, era composto por Midas, Atenas e Musas patronas de artes e ofícios (Figura 3), sendo quase unânime na atribuição

¹⁰ AZEVEDO (1982, p. 150).

da vitória a Apolo e o único voto para o sátiro Mársias é o do Rei Midas. Despeitado, Apolo lança a sua vingança contra Midas e Mársias, fazendo crescer umas orelhas de burro ao Rei Midas e matando por esfolamento o sátiro Mársias. Aqui voltamos a encontrar analogias com a chegada dos Castelo Branco, primeiro à posse do Paço de Belas e posteriormente ao título de Senhor de Belas, na pessoa de D. Pedro de Castelo Branco da Cunha. O seu pai D. António Castelo Branco da Cunha, foi casado com D. Maria Branca da Silva de quem teve três filhos (D. Ana da Silva, D. Francisco e D. Pedro), ao passo que a irmã, D. Ana da Silva, casa com Francisco Corrêa de Menezes, 12º Senhor de Belas, de quem teve D. Maria da Silva Corrêa, 13ª Senhora e 8ª Morgada de Belas (que, apesar de dois casamentos, primeiro com um tio paterno Manuel Corrêa, alcunhado “manco”, segundo com João de Melo, faleceu sem deixar descendentes ao título senhorial).

A sucessão do título não foi pacífica, ao que sabemos e aferimos através uma série de documentos e pareceres emanados do Tribunal da Corte, com competências de apreciação no direito sucessório nos títulos nobiliárquicos¹¹. Desta disputa, saiu vitorioso o ramo dos Castelo Branco, sobre o ramo dos Corrêas, pela sucessão natural dos acontecimentos e não pelo exercício do direito sucessório no Morgadio, uma vez que D. Maria da Silva obtêm Carta Régia da respectiva confirmação em 1667¹².

O Painel reflecte também, em nosso entender, essa disputa familiar entre o sangue novo de renovação, do Prestígio e da Fama (que os Castelo Branco trazem ao Senhorio de Belas) *versus* um ramo envelhecido e debilitado por uma endogamia doentia, incapaz de renovação vigorosa e desprovido de fortes apoios políticos (dos Corrêas).

¹¹ Existe, do volumoso processo, um tomo remanescente com 341 páginas manuscritas, depositado no Arquivo Histórico de Sintra (A. H. S.), a leitura é dificultada por rasuras e borrões de tinta. Contudo verificamos tratar-se de pareceres jurídicos, de Direito Sucessório Nobiliárquico da Casa de Belas.

¹² I.A.N./T.T. Chancelaria Régia de D. Afonso VI, Lv. 2, fls. 110-114.

Como nos diz Domingos Caldas Barbosa (p. 11): «... *Junto a elle [a Midas] fe vê o cornigero capripedo Satiro, que ainda mostrando a insolente arrogância, que no certame lhe dera hum tal voto, traz na mão o rouco instrumento do seu triunfo injusto; e saõ alli testemunhas alguns seus semelhantes, trepados em hum bem expresso corpulento Sobreiro*».

A luta era entre um deus Apolo (elegante, atlético e sábio) e um sátiro Mársias (insolente, tosco e arrogante), sem qualquer perspectiva de evolução, mas que, apesar disso, alcança um voto imprevidente de alguém investido de poder e personalizado na figura do Rei Midas, mas desprovido de indispensável bom senso para o seu exercício respectivo e assim digno de um par de orelhas de burro.

Acreditamos ser esta personificação de Midas alusiva ao Poder local, nomeadamente aos Oficiais e Juizes da Câmara Municipal de Belas, uma vez que esta continuava a ser, no âmbito dos concelhos senhoriais, constituída por gente nomeada com a máxima confiança dos Senhores de Belas, ou seja, D. Maria da Silva de Ataíde e Atougua. Esta situação de conflito latente está presente em dois documentos bem elucidativos. Numa Carta Régia de 1673¹³, em que o Príncipe Regente D. Pedro lembra uma recomendação de 1668 a João de Melo, marido de D. Maria da Silva, para instruir o Juiz e demais Oficiais de Belas em não criarem impedimentos ao cabal desempenho de António Cunha da Fonseca, superintendente da criação de cavalos de Lisboa, na Real Quinta de Queluz. Como noutro documento, uma procuração de representação, dos oficiais e vereadores da Câmara de Belas, a João Matoso, na causa que os movia contra o Capitão Lazaro Fernandes¹⁴.

Este magnífico painel, bem como outras obras de vulto no Paço de Belas, marca a fusão da Casa de Belas com a Casa de Pombeiro. Por outro lado, a sua mensagem é um grande desafio às mentalidades da população local e uma atitude de afirmação, pelo pendor aristocrata e cultural. A Quinta do Senhor de

¹³ B.N.A.- Carta do Príncipe Regente D. Pedro a João de Melo – 50-V-32, fl. 55.

¹⁴ A.H.S.- Cartório Notarial de Belas – A, 1º Ofício, Livro 33, fls. 2v e 3 v.

Belas, em meados do século XVII, era o Parnaso e manteve esse estatuto durante, pelo menos, um século.

3. O esquecimento e a lenta degradação

As vicissitudes que ocorreram na lógica construtiva do antigo Paço senhorial de Belas, durante a segunda metade do século XIX, deixaram marcas indeléveis de degradação, motivadas, sobretudo, por um estado de abandono ou semi-abandono, sendo, contudo, também referenciados verdadeiros atentados de motivação vária ao património edificado.

No caso concreto do painel em baixo relevo do *Julgamento do Rei Midas*, verificamos que a degradação é quase completa, e decorreu, em geral, não tanto por acção humana (pese embora certas intervenções nas imediações causando algum risco momentâneo, já no século XX), mas decorre do semi-abandono a que foi votado, na sequência de mudanças utilitárias e de novas centralidades promovidas no Paço pelos respectivos proprietários ao gosto da época.

Da simples apreciação visual que efectuámos *in loco* (Foto 3), constatámos que este painel foi executado em argamassa traçada de cal e areia, ou seja uma massa bastarda com um traço de areia de granulometria bastante variável e cal aérea hidratada. Sob o ponto de vista estrutural, pudemos verificar que a argamassa foi moldada, na área de figuração, sobre um reboco prévio aplicado directamente no aparelho de pedra da muralha e na volumetria das figuras mais proeminentes, estruturadas pela simples técnica do encasque, com a inserção consolidante de fragmentos de cerâmica. Quanto ao emolduramento, este foi conseguido a partir da aplicação de um molde, permitindo assim obter um trabalho cenográfico estilizado, também ao gosto maneirista, bastante pormenorizado e de óptimo acabamento.

O estado bastante avançado de degradação do painel é fruto, sobretudo, de condições ambientais, em que, como é por demais conhecido e documentado¹⁵, a origem da degradação das argamassas bastardas, onde apenas predomina a cal como aglomerante, ocorre por diferentes mecanismos de natureza química, física, mecânica e biológica, que actuam isoladamente ou em simultâneo. Neste caso em concreto, o principal agente degradante foi, seguramente, a pluviosidade, sobretudo ácida, que desencadeia um processo de lixiviação, arrastando patogenias várias e de que resultam porosidades mais ou menos generalizadas, pulverulência e desagregação arenosa localizada, com o sequente descolamento das figuras, provocada em parte por micro-organismos, que exploram e alargam as fissuras, acelerando desta forma a respectiva degradação e a ruína quase completa.

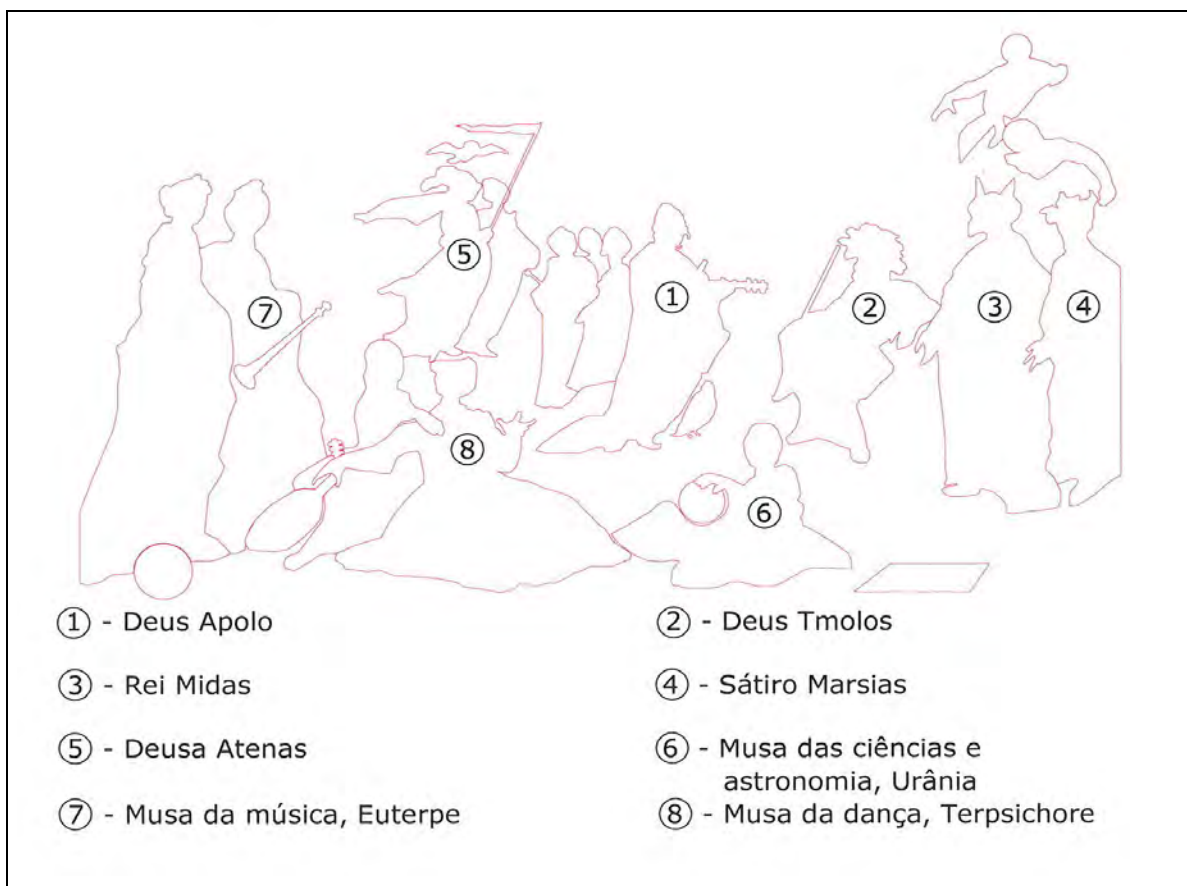


Figura 3 – Identificação referencial das personagens principais representadas na gravura de Hendrik Goltzyus.

¹⁵ RIBEIRO (2009 p. 4).

BIBLIOGRAFIA

A) Fontes documentais:

1. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – I. A. N. / T. T.:

Chancelaria Régia de D. Afonso VI, Lv. 2, fls. 110-114; Carta de confirmação de posse, por sucessão, do Morgado de Belas a D. Maria da Silva.

Memórias Paroquiais, respeitante a Belas, Tomo VI, fls. 611-612.

2. Biblioteca Nacional da Ajuda – B. N. A.:

Carta do Príncipe Regente D. Pedro a João de Melo – 50-V-32, fl. 55.

3. Arquivo Histórico de Sintra – A. H. S.:

Cartório Notarial de Belas – A, 1º Ofício, Livro 33, fls. 2v e 3 v.

B) Ensaios monográficos:

AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Velharias de Sintra*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1982 (vol. IV, p. 150).

BARTOLUMEU, Padre, *Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal*, edição custeada por Francisco Alvarez, livreiro – impresso por Mateus Pinheiro, Lisboa, 1625 (p. 4).

CASA, João Carlos V. Almeida, *Os Senhores da Casa de Belas – História e Património Local*, (ensaio ainda inédito e só disponível em cópia cedida pelo autor), Amadora, 2008 (57 páginas).

CALDAS BARBOZA, Domingos, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas*, Typographia Régia Silviana, Lisboa, 1799 (pp. 9, 10 e 11).

GRAVES, Robert, *O Grande Livro da Mitologia Grega*, Ediouro Publicações, capítulo XXCIII, Rio de Janeiro, 2008 (pp. 333-337).

MELO, D. Francisco Manoel de, *Epanáfora Amorosa, Descobrimento da Ilha da Madeira, ano de 1420*, edição com texto crítico e notas informativas de José Manuel de Castro, Lisboa, 1975 (p. 33).

RIBEIRO, Nelson Porto, *et al*, *Recuperação Estrutural de um Alto-relevo em Argamassa de Cal e Areia*, Ópera Prima – Arquitectura e Restauro, Lda., Rio de Janeiro, 2009 (p. 4).

SARAIVA, António José, LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Lda., Porto, 1979, 11ª edição corrigida e actualizada (p. 483).

SERRÃO, Vitor, *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*, Coleção Arte e Artistas, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983 (p. 31).